

# As organizações modernas e o contemporâneo: notas para uma leitura comunicacional do presente<sup>[1]</sup>

*Modern organizations and the contemporary: notes for a communicational approach to the present*

## RENNAN LANNA MARTINS MAFRA

Instituição/Afiliação

Universidade Federal de Viçosa  
Programa de Pós-Graduação da  
Universidade Federal de Juiz de  
Fora

País Brasil

Professor do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Viçosa (UFV) e orientador credenciado nos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e em Educação (PPGE) da UFV. Doutor, mestre e graduado em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Realizou estágio pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS) da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

## RESUMO

Em tom ensaístico, o texto aposta numa problematização do contemporâneo pelo estatuto comunicacional das organizações modernas, aqui tomadas pela égide de três estratos relacionais - Estado, Mercado, Ciência -, instituidores de espaços de experiência pelo epicentro da ideologia do progresso. Ao considerar o contemporâneo como cronótopo atravessado pela crise de tal ideologia, o texto sugere como tais organizações tornam-se ambientes privilegiados à leitura comunicacional do presente, a partir da identificação de três notas experienciais: a) tensões entre diferenças e progresso; b) dificuldades à ampliação de horizontes comuns; e c) pulverização de latências. Como conclusões, o texto reconhece a emergência de formas organizativas que buscam oferecer outras experiências no (do) presente, mesmo diante da hegemonia relacional das organizações modernas.

**Palavras-chave:** contemporâneo; comunicação; organizações.

## ABSTRACT

This essay bets on the problematization of the contemporary by the communicational status of modern organizations, here taken by the aegis of three relational strata - State, Market, Science -, instituting spaces of experience by the epicenter of the ideology of progress. When considering the contemporary as a chronotope crossed by the crisis of such an ideology, the text argues how organizations become privileged environments for the communicational reading of the present, based on the identification of three experiential notes: a) tensions between differences and progress; b) difficulties in expanding common horizons; and c) pulverization of latencies. As conclusions, the text recognizes the emergence of organizational forms that offer other experiences in the (of) the present, even in the face of a relational hegemony of modern organizations.

**Keywords:** contemporary; communication; organizations.

## INTRODUÇÃO

Nos saborosos e instigantes desafios epistemológicos aventados por Hans Gumbrecht (2012, 2016) às Humanidades, o intelectual alemão destaca, *grosso modo*, o pensamento de *risco* e a *intuição* como dispositivos epistêmicos fundamentais ao delineamento de nosso saber-fazer acadêmico - qual seja, de nossas práticas de pesquisa, sobretudo frente aos cenários contemporâneos nos quais as Ciências Sociais e Humanas já derramaram, aos olhos de um ocidente cunhado historicamente pela suposta segurança e controle racionais, as suspeitas da técnica, a instabilidade da linguagem e a falibilidade da domesticação do desejo e da natureza. Assim, num espaço de disputas que desafia a validade das Humanidades como campos de se conhecer o mundo, *assumir o risco* - quanto à pertinência e às possibilidades investigativas - como nuance inerente às nossas práticas, bem como *acolher a intuição* - como uma espécie de tônus que nos move a direções de pensar/sentir sobre às quais somos incapazes de uma racionalização total - são gestos cuja honestidade intelectual parece insinuar um caminho de legitimidade às nossas investidas acadêmicas, lançando, para bem longe, os atavismos positivistas - estes que, além de frágeis, parecem carregar a forte tendência de nos imputarem um lugar marginal frente às ciências vertedoras da modernidade<sup>[2]</sup>.

É nessa direção que parto de uma intuição para me guiar durante as reflexões propostas por esse texto: reconhecer as organizações modernas como ambientes relacionais privilegiados a uma problematização do contemporâneo. Dito por outras palavras, busco ser levado pelo movimento epistêmico que considera as experiências, os cotidianos e as interações deflagradas por organizações modernas como materiais de reflexão atinentes à identificação de desafios, dilemas, tensões e problemas postos à vida, nesses tempos do agora. De antemão, tomarei, adiante, as organizações modernas como espaços que se originam a partir de três estratos relacionais: Estado, Mercado e Ciência - sendo estes estruturados por uma espécie de *nucleação primária* de uma modernidade ocidental, europeia e branca. Ainda que em profunda crise de legitimidade, tais estratos se instituem, até os dias de hoje, como contextos interacionais primordiais sobre os quais "sujeitxs picadxs" pelas moscas da modernidade - seja em espaços centrais, seja em territórios colonizados e marginais - são convidadxs a (sobre)viverem em conjunto, a produzirem lembranças e futuros, a experimentarem violências/frustrações e a estruturarem seus cotidianos, suas memórias e seus projetos.

Assim, busco argumentar, nesse texto, o quanto organizações vertebradas a partir dessa nucleação primária moderna podem ser tomadas como *epicentros experienciais* de uma crise no/do tempo, ao se apresentarem como espaços relacionais hegemônicos na produção/reprodução da vida contemporânea. Por esse caminho, arrisco a tomar o campo da comunicação

organizacional como âmbito teórico-empírico de estudos capaz de oferecer subsídios a uma leitura comunicacional criativa e evidente acerca de experiências vivenciadas pelos sujeitos, no tempo presente. Na medida em que Estado, Mercado e Ciência acabam por produzir, junto a si próprios, uma força gravitacional em torno do passado, dos cotidianos e dos projetos de vida coletivos, pesquisar os sentidos construídos e disputados, em contínua relação de forças, nas interações produzidas/permitidas por tais organizações - como propõe Baldissera (2008) - torna-se gesto comunicacional profícuo à compreensão de tais ambientes relacionais, sendo estes configurados como sintomas, anúncios e indícios de experiências coletivas hegemônicas, vivenciadas numa contemporaneidade múltipla, espreada e desafiada pelas matizes de um projeto controverso - este que estrutura suas relações de poder a partir de um ambicioso e violento horizonte de racionalização, desenvolvimento técnico e progresso (BENJAMIN, 1987; TAYLOR, 2011).

De tal sorte, esse texto se organiza em três partes, para além desta introdução. Na próxima seção, *Estado, Mercado e Ciência: ideologia do progresso e sua centralidade relacional nas organizações modernas*, busco compreender o estatuto comunicacional das organizações modernas a partir de discussões empreendidas sobretudo por Taylor (2011)<sup>[3]</sup> e Benjamin (1989)<sup>[4]</sup>. Em seguida, na seção *As organizações modernas como epicentro da crise no (do) contemporâneo: notas experienciais*, busco inicialmente apresentar algumas reflexões de Koselleck (2001, 2006) e Gumbrecht (2015) sobre a contemporaneidade - reconhecendo as organizações modernas como uma espécie de *epicentro* de uma crise no/do tempo - para, em seguida, identificar três notas experienciais na/da comunicação organizacional que auxiliam na composição de uma leitura comunicacional do próprio tempo presente, a saber: *a) tensões entre diferenças e progresso; b) dificuldades à ampliação de horizontes comuns; e d) pulverização de latências*. Por fim, na seção *Formas organizativas contemporâneas e futuros possíveis?*, busco tecer breves considerações finais e ampliar o horizonte teórico ora proposto.

## ESTADO, MERCADO E CIÊNCIA: IDEOLOGIA DO PROGRESSO E SUA CENTRALIDADE RELACIONAL NAS ORGANIZAÇÕES MODERNAS

Charles Taylor (2011) executa um brilhante trabalho teórico ao buscar compreender o que ele próprio nomeia como *fontes morais da identidade moderna*. Ao propor tal gesto, Taylor (2011) desenvolve uma espécie de historicização da emergência do que se convencionou chamar de *sujeito* - um tipo humano pautado, sobretudo, pelo ideal da racionalidade, e que, cronologicamente,

surge como proposta prático-filosófica nos contextos de início da Idade Moderna (considerada pela historiografia oficial a partir da invenção da Imprensa, nos finais do século XV), e que ganha seu ápice de desenvolvimento heurístico no contexto do movimento iluminista europeu (em meados do século XVIII). Nas reflexões de Taylor (2011, p. 68), as fontes morais da identidade moderna, responsáveis pela orientação das práticas sociais e atividades humanas nesse novo cronótopo<sup>[5]</sup>, fincam suas raízes no que o supracitado filósofo canadense define como *self* pontual: quer seja, um tipo de ser humano que, ironicamente, se apresenta “sem identidade” - uma vez com pretensões universalizantes -, pautado por uma espécie de autoconsciência como propriedade constitutiva, de modo que, ao encontrar “suas coordenadas dentro de si mesmo, (...) declara independência das redes de interlocução que o formaram originalmente ou, ao menos, as neutraliza.”

Por esses termos, o *self* pontual torna-se a própria inscrição, nos corpos e no tecido social, do projeto da modernidade. Tal projeto prescreve, portanto, um espaço de experiências centrado a) num ideal de razão como qualidade emancipatória universal; b) numa prática de domínio da “natureza” e das emoções no corpo; c) na imposição de uma mitologia branca (HADDOCK-LOBO, 2020), que desconsidera, extermina, violenta e coloniza identidades, saberes, corpos e sociedades distintas de um ideal europeu, branco e patriarcal de sociedade; d) no desenvolvimento da técnica como horizonte hegemônico à ampliação de supostas capacidades humanas universais; e e) na materialização de rotinas, práticas e instituições.

Nesse cenário, um sofisticado mecanismo temporal apresenta-se como estruturador das interações na modernidade: nos termos de Walter Benjamin (1987), tal mecanismo é caracterizado como *ideologia do progresso*. O intelectual alemão identifica a ideologia do progresso como força motriz da modernidade: por seu tônus, a história se apresenta como uma espécie de linha/curva ascendente, como temporalidade posta sob exclusiva direção, prescritora de um único sentido possível e universal aos seres humanos. Tal sentido, posto sempre num futuro idealizado e imaginado, move os sujeitos num presente encurtado e tende a ignorar o passado em sua capacidade de orientação para a abertura de horizontes.

É dessa forma que, em inspiração frente ao pensamento benjaminiano e assumindo uma abordagem que considera a historicidade das formas comunicacionais, é possível compreender que a ideologia do progresso torna-se responsável pela configuração e manutenção de uma espécie de *nucleação relacional primária*, instituinte e idealizada a partir da emergência/configuração de *três estratos interacionais inseparáveis e co-instituídos*, organizadores das coletividades, da institucionalização de uma esfera social - termo caro à Arendt (2007) - e da vida cotidiana na modernidade, quais sejam:

- a) *o Estado* - estrato relacional voltado a garantir o arcabouço institucional necessário à conquista/manutenção/progresso de um território delimitado (o que inclui as normas para definição da propriedade privada e dos sistemas comerciais, bem como o aparato policial e bélico para proteção das fronteiras e punição aos comportamentos desviantes). Ao Estado, cabe garantir as estruturas de permanência e perpetuação do Mercado, bem como, a depender de suas concepções, financiar a Ciência e ofertar - desde que em consonância com o progresso - proteção a seus cidadãos;
- b) *o Mercado* - estrato relacional que estrutura a dimensão do trabalho, do consumo e da indústria; define os modos de circulação do capital e das tecnologias; organiza a distribuição da mobilidade social, dos recursos e da propriedade privada; institui e mantém o sistema de trocas pautado pela balança comercial; prescreve os sistemas de justiça pelo mérito. Ao Mercado, cabe alimentar, pela arrecadação de recursos, a existência material do Estado, bem como pautá-lo por suas lógicas de justiça; a este estrato, também cabe receber, da Ciência, os insumos para o desenvolvimento técnico da indústria, para a profissionalização/formação pedagógica e para a inovação (movidos por um ideal de aperfeiçoamento constante);
- c) *a Ciência* - estrato relacional voltado à inovação, ao desenvolvimento técnico e à profissionalização; fonte da formação racional e pedagógica dos sujeitos, a partir da instituição dos mecanismos de transformação dos corpos humanos em selves pontuais - bem como dos critérios racionais de classificação de aptidões, inadequações, desvios. À Ciência, cabe a oferta de insumos ao Mercado e a prestação pública de contas ao Estado (se, por ele, for financiada) a partir do progresso, podendo, inclusive, existir como parte integrante do próprio contexto mercadológico.

Sob a égide interseccional desses três estratos relacionais, vertebram-se, de certa maneira, o que hoje identificamos como *organizações modernas*: empresas, escolas, indústrias, secretarias e ministérios, prefeituras, universidades, instituições de mídia, unidades de prestação de serviços - e mesmo as organizações não-governamentais e as do chamado terceiro setor possuem alguma vinculação relacional com algum desses estratos. Aqui, é preciso tornar explícito que não tenho a pretensão, com tal gesto epistêmico-intuitivo, de produzir uma espécie de categorização/taxinomia das organizações modernas; muito menos advogo o desejo de apresentar Estado, Mercado e Ciência seja como campos uníssonos e harmônicos (tratam-se de espaços com características próprias, embora intimamente interligados relacionalmente, e pautados constantemente por grandes crises de legitimidade e disputas de sentido), seja como grandes novidades teóricas (são esferas cuja problemática no campo das Humanidades é intensa e recorrente).

O reconhecimento de tais estratos relacionais - Estado, Mercado e Ciência - nesse texto faz

parte de um esforço por identificação de uma espécie de economia *sentimental da modernidade*: a expressão comunicacional de suas tonalidades afetivas; a energia ontológica e permanente de suas atmosferas - alimentadas pelo *self* pontual e pela ideologia do progresso; a inscrição de suas principais fontes morais, prescritoras de avaliações fortes e julgamentos valorativos (TAYLOR, 2011); a identificação primária de um estatuto comunicacional que prescreve suas práticas. Dessa forma, o que se convencionou chamar de organizações - construções racionais voltadas a objetivos comuns (ETZIONI, 1984) ou espaços complexos pautados por regras, hierarquias e modalidades de gestão (URIBE, 2007) - é gesto epistêmico que se dirige à definição de estruturas vertebradas de uma *nucleação relacional primária*, pautada por três estratos relacionais intimamente instituídos como pragmáticas de uma modernidade histórica e filosoficamente imaginada, produzida e perpetuada. Assim, nos espaços de experiência modernos (KOSELLECK, 2006), horizontes de expectativas movem/balizam/estruturam a vida a partir de uma impressão totalizante de aperfeiçoamento geral (o progresso), supostamente adquirida pelo controle, pela racionalização, pela instituição do Estado, pelo domínio da natureza, pelo desenvolvimento técnico-científico, pela supremacia do sujeito.

Nesse olhar permanente para o futuro, Benjamin (1987) passa a desconfiar profundamente do horizonte histórico moderno, uma vez guiado pela ideologia do progresso: nos termos do autor, torna-se inevitável a convivência com tendências ao silenciamento do caráter de possibilidade da história e ao empobrecimento da experiência humana. A visada permanente no futuro e a condução da existência humana por uma espécie de destino irrecusável é responsável, segundo Benjamin (1987, p. 224) pela “concretização incessante de uma “cadeia de eventos” catastróficos determinados pelo sentido que é o do progresso (pela impressão equivocada de um aperfeiçoamento geral)”. Nesse contexto, as organizações modernas, como propulsoras de um progresso violento e instrumentalizador da vida, passam a se configurar como uma espécie de *epicentro* de uma crise no/do contemporâneo.

## AS ORGANIZAÇÕES MODERNAS COMO EPICENTRO DA CRISE NO (DO) CONTEMPORÂNEO: NOTAS EXPERIENCIAIS

Tomar o *self* pontual e a ideologia do progresso como parte dos principais elementos instituintes de relações na modernidade é gesto possível ao reconhecimento dos primórdios de uma crise instituída por tal cronótopo: o passar dos anos foi cirúrgico na medida em que

possibilitou a constatação de que a modernidade se realiza em horizontes desiguais, ironicamente pautados num ideal impossível de universalização. Dito por outras palavras, a modernidade se fez/faz enquanto projeto imperialista e instrumentalizador, forjado por uma invenção superior ocidentalizada, apenas possível pela violência ao corpo/ao desejo e a outras cosmologias e territórios, e instituído pelo gesto de colonização/exploração/extermínio. Apesar disso, como considera Benjamin (1987), o horizonte histórico moderno é sagaz no modo como lida com o tempo, o que torna improvável seu auto-desmoronamento. É nessa toada que emergem compreensões sobre a *contemporaneidade* (KOSELLECK, 2001): um cronótopo no qual as pulsões modernas, ainda que não estejam superadas ou extintas, encontram-se em profunda crise, numa espécie de coexistência de *estratos de tempo* que

remetem a diversos planos, com durações diferentes e origens distintas, mas que, apesar disso, estão presentes e atuam simultaneamente. Graças aos “estratos de tempo” podemos reunir em um mesmo conceito a contemporaneidade do não contemporâneo, um dos fenômenos históricos mais reveladores. Muitas coisas acontecem ao mesmo tempo, emergindo, em diacronia ou em sincronia, de contextos completamente heterogêneos (KOSELLECK, 2001, p. 9).

A *contemporaneidade do não-contemporâneo* seria capaz, por exemplo, de explicar a coexistência de negacionismos científicos e questões já superadas por comunidades científicas - como também a concomitância de consensos historiográficos frente a insurgência de equivocados revisionismos históricos -, evidenciando o quanto um tempo-espaco é categoria estratificada, em meio à qual coabitam temporalidades múltiplas, pautadas por leituras comunicacionais distintas. Sendo assim, ainda que as organizações modernas *sejam/desejem sempre ser* hegemônicas frente à reprodução da vida - qual de nós, no chamado *mundo ocidentalizado*, não depende desses estratos relacionais para sobreviver? -, a contemporaneidade anuncia a possibilidade de, ao menos, tornar possível a emergência de atmosferas de crise, tanto do *sujeito* - da branquitude, da racionalização, do domínio das emoções, do patriarcado, das sexualidades - quanto do progresso - de seu engenhoso mecanismo colonizador, então eficiente frente à configuração de desigualdades e à instituição de uma força que o torna, em silêncio e sorrateiramente, *um fim em si mesmo*.

Sendo assim, vivenciar a contemporaneidade é movimento que carrega a possibilidade de experimentação de tonalidades afetivas variadas - em meio às quais já não é mais possível acreditar, coletivamente, num projeto de futuro único, pautado pela impressão de aperfeiçoamento geral e contínuo, tendo em vista suas desastrosas consequências sentidas socialmente. Por tudo isso, Gumbrecht (2015, p. 16) reconhece a contemporaneidade a partir de uma configuração temporal assim diagnosticada por ele como presente amplo (*broad presente*):

para nós, o futuro não se apresenta mais como horizonte aberto de possibilidades; ao invés disso, ele é uma dimensão cada vez mais fechada a quaisquer prognósticos – e que, simultaneamente, parece aproximar-se como ameaça. (...) Apesar de todo o discurso sobre como supostamente perdemos o passado (...), deixamos de ser capazes de legar seja o que for para a posteridade. Em vez de deixarem de oferecer pontos de orientação, os passados inundam o nosso presente (...). Entre os passados que nos engolem e o futuro ameaçador, o presente transformou-se numa dimensão de simultaneidades que se expandem (GUMBRECHT, 2015, p. 16).

Frente à expansão de simultaneidades, o contemporâneo é cronótopo marcado, nos termos do intelectual alemão, por uma *mobilização intransitiva*: discursos de progresso (apesar de continuarem sendo socialmente disseminados) anunciam um *futuro falido*, coexistindo com passados que, publicamente, tendem a ser ainda desprezados pelo *self* pontual. Por isso, no amplo presente, um clima de estagnação parece atrofiar os futuros e tornar difícil a abertura de horizontes, “pois nenhuma ação poderá ocorrer onde não houver lugar para projetar a sua realização” (GUMBRECHT, 2015, p. 16), de modo que o presente amplo institui-se por um “movimento imóvel” que parece “redundar no regresso ao ponto de partida” (Ibidem, p. 16): nessa toada, revelando “estar estagnado, revela o fim do propósito dirigido” (Ibidem, p. 16). As atmosferas de estagnação tornam-se, dessa forma, elementos constituintes dos espaços de experiências que atravessam a contemporaneidade, sobretudo nos ambientes relacionais das organizações modernas: discursos do desenvolvimento, como fontes tonalizadoras do estatuto comunicacional do Estado, do Mercado e da Ciência, tentam buscar a construção de sua legitimidade pública, ao passo em que crises do sujeito e do próprio progresso consomem a economia sentimental dos corpos e dos territórios violentados, instituindo a sensação de uma aceleração autorreferenciada - corre-se no interior de uma roda suspensa, móvel para girar em torno de si; mas, em tautologia crônica, presa e imóvel num único ponto no espaço.

De tal sorte, ao considerar tais organizações modernas como *epicentros* junto aos modos pelos quais práticas coletivas e atmosferas interacionais são vertebradas na contemporaneidade, arrisco levantar *três notas experienciais* presentes em práticas de comunicação organizacional, capazes de auxiliar na composição de uma leitura comunicacional do próprio contemporâneo - uma vez se apresentando como sintomas/anúncios/indícios de experiências vivenciadas em nosso tempo:



## TENSÕES ENTRE DIFERENÇAS E PROGRESSO

Na perspectiva da historicidade das formas comunicacionais, diferenças podem ser tomadas, em visada benjaminiana, como contingências: são instantes (*jetztzeit*) que irrompem a partir de um desconforto existencial na experiência e que provocam o acolhimento e a intensificação de perspectivas passadas (RANGEL, 2016), em busca de atualizações no/do presente e da conquista de novas posições de protagonismo. Como aponta Rangel (2016, p. 131), Benjamin (1987) reconhece o emprego de uma força messiânica na intensificação de perspectivas que demandam atualização existencial no presente: trata-se de uma “faculdade/possibilidade humana de receber/auscultar determinado passado denegado e de entusiasmar-se com ele, intensificando-o, levando-o à frente, tornando-o uma realidade efetiva”.

Em sua desconfiança profunda frente ao tempo histórico moderno, o próprio Benjamin (1987) reconhece a forte tendência na ideologia do progresso em desconsiderar a possibilidade da história, a partir de sua crença no aperfeiçoamento contínuo pelo desenvolvimento da técnica. Entretanto, nos espaços de experiência de uma contemporaneidade, organizações modernas são atravessadas permanentemente pelo gesto da intensificação de passados, provocado pela irrupção de diferenças - e, no caso do Brasil, de atmosferas pautadas por territórios violentamente colonizados, imantadas pelas marcas de extermínio e desqualificação das formas de vida distantes do *self* pontual. Nesse ínterim, o desejo por passados intensificados espalha-se em meio aos ambientes relacionais das organizações modernas: com relação a isso, parece-me muito forte apostar que a sensação de estagnação presente no contemporâneo é sentida na medida em que falas oficiais nas/das organizações modernas, ainda que influenciadas pelo presente amplo (e tendendo a utilizar memória como uma estratégia suposta de presentificação de passados), acabam por lançar mão da própria ideologia do progresso, da qual não conseguem se livrar, no modo como tentam lidar com fraturas no tempo presente, provocadas pelas diferenças.

Entretanto, muitos públicos que se movimentam em torno das organizações já desconfiam, como Benjamin, do progresso, e, na espreita, aguardam por brechas relacionais e possibilidades de negociação, tendo em vista as irrupções provocadas pelas diferenças. Nesse contexto, arrisco dizer que o progresso parece não se incomodar com a intensificação de passados na medida em que diferenças puderem *pagar o seu próprio pedágio - é possível uma política de cotas, desde que não se abra mão do mérito; pessoas com deficiência podem ser aceitas, desde que a produtividade seja mensurada; mulheres podem ser líderes, desde que a maternidade não cause transtornos aos espaços de trabalho*. Nessas três situações hipotéticas, diferenças parecem conseguir alcançar espaços de legitimidade, mas permanecem em tensão com uma espécie de *cooptação de suas intensidades e composições* pelas próprias falas oficiais organizacionais, em

referência ao ideal moderno de aperfeiçoamento. Se o desconforto existencial provocado pelas diferenças for tão intenso a ponto de produzir: a) paralisias no tempo cronológico; e b) críticas ao próprio progresso, parece-me que suas emergências tendem a ser castradas/ignoradas/desqualificadas por falas oficiais, ainda que as mesmas continuem a ser tematizadas em espaços de conversação informal - sobretudo na *organização falada*, em referência a um conceito caro a Baldissera (2009).

De tal sorte, se num cronótopo moderno, diferenças tendem a ser desconsideradas por supostamente estarem incluídas em torno da pasteurização pretendida pela concepção de igualdade liberal, num cronótopo contemporâneo, a ideologia do progresso parece ser a principal atmosfera tensionadora às diferenças, exercendo, sobre as mesmas, sua inevitável energia de cooptação.

## ■ DIFICULDADES À AMPLIAÇÃO DE HORIZONTES COMUNS

Na toada de Hannah Arendt (2007)<sup>[6]</sup>, a possibilidade de manifestação pública das diferenças é gesto capaz de ampliar as possibilidades de autorrealização da vida humana, nos contextos contemporâneos. Estabelecendo forte crítica às supostas capacidades emancipadoras do projeto moderno de sociedade, Arendt (2007) desenvolve a noção de espaço público como locus configurado pela linguagem, por meio do qual diferenças podem aparecer, encaminhar suas demandas por existência e acessarem o *mundo comum* - tornando este último capaz de acolhê-las como naturais (não como estranhas ou exóticas), passíveis de aparecerem e de conviverem publicamente. Suas reflexões nos permitem compreender que horizontes comuns não podem ser alcançados pelo ideal universalizante da igualdade, mas somente pela possibilidade de aparecimento das diferenças por meio da ação e do discurso, endereçando suas demandas por atualização no/do mundo comum.

Arendt (2007) reconhece o quanto a vida moderna tende a produzir uma desconexão com esse comum, instituindo um mundo cuja racionalização técnica tende a ser totalizante, empobrecendo a experiência e impedindo, ironicamente, a autorrealização coletiva, uma vez insensível à irrupção de diferenças não negociadas/controladas/capturadas por seus aparatos e dispositivos racionalizadores. Desse modo, uma outra nota experiencial para a leitura comunicacional do presente, imediatamente decorrente da anterior, pode ser expressa pelo pensamento de Arendt (2007): o projeto moderno carrega em seu próprio cerne - lançando mão de um tônus histórico de progresso e universalização - a forte tendência de apresentar dificuldades à ampliação de horizontes comuns.

Por exemplo, no estatuto comunicacional das organizações modernas, imposições de um comum pelo progresso parecem ser suficientes - como se pode observar em algumas tentativas de construção da legitimidade pública da Reforma do Ensino Médio protagonizada por Michel Temer, que mobilizou promessas já falidas de conquista do futuro para priorizar uma formação tecnicista. No caso de contextos relacionais do Mercado, por exemplo, discursos oficiais e práticas de incentivo à diversidade sexual, de raça e gênero podem até aparecer como destaques em falas oficiais, muitas vezes cooptadas pela gestão como forma de produzir legitimidade pública - embora, em ambientes comunicacionais rotineiros, tais organizações possam estar aliadas a um ideal de progresso e de sujeito que impede, por exemplo, a manifestação de demandas específicas por usos de banheiros por pessoas transgênero. No campo da Ciência, inúmeras mudanças nas métricas de avaliação dos Programas de Pós-Graduação do país têm acontecido sem levar em consideração as diferenças possíveis nas concepções de conhecimento/método/ritmo de muitas áreas - sobretudo no que se refere às Humanidades -, impondo modelos de produtividade pela mobilização do inquestionável argumento do progresso, nas falas oficiais e nos discursos dos atuais gestores à frente dos órgãos de fomento.

Assim, numa contemporaneidade em que as diferenças precisam *pagar pedágio* para o progresso, a construção de horizontes comuns tende a ser enfraquecida, de modo que uma esfera de simultaneidades - e de bolhas, propiciadas pelos mecanismos relacionais da internet - parece ser o anúncio de um tempo marcado por uma tendência ao atrofiamento do espaço público e pela insistência do progresso em sua já conhecida/sentida falência em configurar a experiência comum.

## PULVERIZAÇÃO DE LATÊNCIAS

Por fim, uma nota experiencial que pode ser identificada para a leitura comunicacional do contemporâneo refere-se à compreensão dos ambientes relacionais das organizações modernas como espaços pautados por uma pulverização de latências. Como tonalidade afetiva presente em atmosferas interacionais num mundo pós Guerra Fria, Gumbrecht (2014) compreende a *latência* como produto de frustrações que atravessaram o tempo histórico, sobretudo diante de promessas de futuro não alcançadas e da coexistência de inúmeras diferenças não intensificadas, incapazes de produzir horizontes comuns, postas, portanto, num espaço de clandestinidade: “numa situação de latência e, sobretudo na presença de um clandestino, nós estamos certos

de que existe algo lá que não conseguimos apreender – e que esse “algo” tem articulação material e por isso requer espaço (GUMBRECHT, 2010b, p. 313) - ainda que, muitas vezes, não consigamos tocá-lo (ou mesmo localizá-lo), uma vez sendo oculto. Em outro trabalho, o intelectual também aponta:

é impossível dizermos com precisão de onde nos vem a certeza dessa presença, tampouco sabermos afirmar exatamente onde está agora aquilo que é latente. E, porque não conhecemos a identidade do objeto ou da pessoa latente, nada nos garante que reconheceríamos essa entidade se alguma vez viesse a revelar-se diante de nós (GUMBRECHT, 2014, p. 40).

Diante de passados impedidos de serem intensificados pelo progresso, bem como frente a diferenças sendo deslegitimadas em suas possibilidades de construção de horizontes comuns, é possível observar que ambientes relacionais das organizações modernas, em contextos contemporâneos, tendem a servir como palcos à pulverização de latências: neles, diferenças impedidas de aparecerem publicamente tendem a existir somente em bolhas invisíveis de confiança - sendo ameaçadas pela perda do emprego e por rituais de linchamento virtual, em meio a uma clandestinidade que revela nuances de formas de vida que se espriam, em silêncio, nos cantos. Neste movimento imóvel, frente a simultaneidades de um contemporâneo, latências pulverizadas parecem colaborar para a construção de uma neblina espessa e leitosa, que se vale de estratégias de invisibilidade para se manterem clandestinas.

Nos contextos organizacionais do Estado, fortes indícios da clandestinidade às diferenças (e, por sua vez, da pulverização das latências) podem ser observados em tentativas institucionais de enfraquecimento das organizações sindicais, bem como de criminalização de movimentos sociais. No contexto da Ciência, as Humanidades - que não tendem a pagar pedágio ao progresso - têm sido afetadas por uma movimentação institucional que tenta colocá-las em posições de clandestinidade - *podemos até existir, desde que latentes em nossas bolhas*.

Quantos choros em banheiros, quantas impossibilidades de manifestação pública de incômodos e diferenças existenciais, quantos silêncios gritam, quantas opressões sorriem nos rostos de gestores *preocupados* com o desenvolvimento pessoal - desde que não haja impedimentos ao progresso? Quantas pessoas negras e indígenas, quantas mulheres e pessoas trans, quantas pessoas com deficiência ocupam espaços de trabalho comuns nas organizações - e precisam, muitas vezes, embaçar/desconsiderar suas diferenças (tornando-as clandestinas), a fim de permanecerem com chances de crescimento/manutenção profissional? Latências pulverizadas e simultaneidades no agora parecem compor um cotidiano que combina, paradoxalmente, uma absurda sensação de aceleração/falta de tempo, com um concreto sentimento de paralisação - como se estivéssemos, há tempos, no mesmo lugar.

## FORMAS ORGANIZATIVAS CONTEMPORÂNEAS E FUTUROS POSSÍVEIS?

Nesse texto, inspirado pelo pensamento de risco e pela intuição (Gumbrecht, 2012, 2016), procurei delinear um caminho epistêmico que apostou numa problematização do contemporâneo por meio de uma investigação sobre o estatuto comunicacional das organizações modernas, vertebradas a partir de três estratos relacionais - Estado, Mercado e Ciência - como partes de uma *nucleação primária* frente a uma modernidade ocidental, europeia, branca e movida pela centralidade da ideologia do progresso. Reconhecendo a contemporaneidade como um cronótopo atravessado pela crise do progresso, o texto buscou identificar três notas experienciais na/da comunicação organizacional, como inspiração a uma leitura comunicacional do próprio presente. Após reconhecer uma contemporaneidade comunicacionalmente marcada por tensões entre diferenças e progresso; por dificuldades à ampliação de horizontes comuns; e pela pulverização de latências, cabe, nesse momento, um questionamento conclusivo: estamos rendidos ao progresso?

Em seu diagnóstico do presente amplo, Gumbrecht (2015) não parte do estabelecimento de um juízo de valor ao reconhecer passados inundando o presente; muito menos se aproxima de uma nuance maniqueísta na leitura do cronótopo contemporâneo. Por outro lado, o intelectual alemão não se furta às críticas à modernidade, nem deixa de anunciar problemas com os quais o ocidente racionalizado precisa enfrentar. Sendo assim, ainda que estejamos vivenciando, nos contextos brasileiros, experiências violentas no que se refere, sobretudo, ao atrofiamento democrático de nossas atmosferas, inspiro-me em Gumbrecht (2015) e, sobretudo, em Benjamin (1989) para reconhecer a emergência de outras formas organizativas, que buscam oferecer outras experiências possíveis no (do) presente.

Por esses termos, ainda que haja a permanência e a capacidade auto-criadora das organizações modernas, mantendo uma espécie de hegemonia relacional na composição de nossas rotinas, lembranças e projetos de futuro, o contemporâneo é também cronótopo não apenas de bolhas, mas de pequenas ilhas/oásis de refrigério, descanso e esperança. Coletivos, blocos de carnaval, grupos indígenas, feminismos, movimentos de pessoas com deficiências, insurgências estudantis - como foram as Ocupações Secundaristas - manifestações culturais, grupos como o Slam - Movimento de Batalha de Poesia, redes e agrupamentos entre coletivos e universidades públicas, arranjos de produção midiática de conteúdos, dentre outros, parecem oferecer respiros e contribuir para o não-sufocamento frente às violentas tensões provocadas pelo progresso. Na medida em que surgem e emergem formas organizativas que não se estruturam e se orientam por espaços de experiências modernos, é possível pensar num contemporâneo que se abre a outras perspectivas de futuro e, de algum modo, decolonizam pensamentos/ações e desestabilizam, a todo o momento, a ideologia do progresso, ainda que não a derrubem.

Numa atmosfera de polinização, Baldissera (2019, p. 93) assim reconhece a comunicação organizacional como espaço propício às emergências, em meio ao qual sempre há “fissuras, lugares para subversões e rompimentos, para interpelar a ordem posta”. Por essa visão, a comunicação organizacional é também locus de desorganização, capaz de “romper a clausura para polinizar” (BALDISSERA, 2019, p. 94). Formas organizativas contemporâneas, por esses termos, polinizam novos futuros, ainda que sujeitos se vêem enredados nas tramas de sobrevivência da vida moderna. Por tudo isso, uma leitura comunicacional do presente, para além das notas experienciais aqui apresentadas, também parece ser tributária de pólenes-possíveis, numa esperança equilibrada e não-idealizada, ainda que seja a de Drummond - como a flor que rompe o asfalto. Para além de linhas, o tempo de polinizar se faz em dobraduras, respeita os ciclos e as estações, escuta/ausculta o corpo, os ritmos e o coração. E lança mão da imaginação para romper, quando possível e em espaços de delicadeza e segurança, as membranas das latências, e produzir encontros. Eis que uma leitura comunicacional do presente emerge nas frestas, nos restos, nas brechas, e escancara a falência do progresso, num convite a um futuro que, mesmo encurtado, vai se desenhando por pólenes caídos, no agora.

## REFERÊNCIAS

- ARENDDT, H. As esferas pública e privada. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- BENJAMIN, W.. Sobre o conceito de história. In: BENJAMIN, W. *Obras escolhidas*. Vol. 1. Magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 222-232.
- BALDISSERA, R. Tensões dialógico-recursivas entre a comunicação e a identidade organizacional. *Organicom*, nº 7, 2007, p. 229-243.
- BALDISSERA, Rudimar. Comunicação organizacional: uma reflexão possível a partir do Paradigma da Complexidade. In: OLIVEIRA, Ivone; SOARES, Ana Thereza Nogueira (Orgs.). *Interfaces e tendências da comunicação no contexto das organizações*. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2008.
- BALDISSERA, Rudimar. Comunicação Organizacional na perspectiva da complexidade. *Organicom*, Edição Especial, nº 10/11, 2009, p. 115-120.
- BALDISSERA, R. Comunicação organizacional e direitos humanos: tecnologias na conformação de saberes e exercícios de poder nas relações de trabalho. In: MARQUES, Angela; REIS, Daniel; LIMA, Fábila. *Comunicação e direitos humanos*. Belo Horizonte (MG): PPGCOM UFMG, 2019. p 77-96.

ETZIONI, A.. *Organizações Modernas*. São Paulo: Pioneira, 1984.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Modernização dos Sentidos*. São Paulo: Editora 34, 1998.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Produção de Presença – o que o sentido não consegue transmitir*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed-Puc Rio, 2010a.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. Uma rápida emergência do “clima de latência” Topoi (Rio J.) vol.11 no.21 Rio de Janeiro July/Dec. 2010b.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Graciosidade e estagnação: ensaios escolhidos*. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUC-Rio, 2012.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Depois de 1945: latência como origem do presente*. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Nosso amplo presente – O tempo e a cultura contemporânea*. 1ª Edição, São Paulo: Ed. Unesp, 2015.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Serenidade, presença e poesia*. Belo Horizonte: Relicário Edições, 2016.

HADDOCK-LOBO, Rafael. *Os fantasmas da colônia*. Rio de Janeiro: Editora Ape’Ku, 2020.

KOSELLECK, R. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

KOSELLECK, R. *Estratos do Tempo: Estudos sobre história*. Rio de Janeiro: Contraponto/ Ed.PUC-Rio. 2001.

RANGEL, M. Melancolia e história em Walter Benjamin. *Ensaio Filosófico*, v. XIX, p. 126-137, 2016.

RANGEL, M. RODRIGUES, T.. História e modernidade em Hans Ulrich Gumbrecht. *Revista Redescições – Revista on line do GT de Pragmatismo*, Ano 4, Número 1, 2012.

TAYLOR, Charles *As fontes do self: Construção da identidade moderna*, Edições Loyola. São Paulo, 2011.

URIBE, Pablo Múnera. *La idea de organización: una concepción amplia para una acción efectiva*. Medellín: Colômbia: Comunicación, 2007.

- 
- [1] Uma primeira versão desse texto foi apresentada no XXX Encontro Anual da Compós, realizado na PUC-São Paulo, em julho de 2021.
- [2] Destaco que esse texto se filia epistemologicamente ao fazer científico empreendido pelas materialidades da comunicação e à busca por conceitos não totalmente centrados num gesto hermenêutico, conforme propõe Hans Ulrich Gumbrecht (2010a; 2012; 2014; 2015). De modo mais específico, a matriz epistemológica seguida pelo intelectual alemão guia-se pela proposta de se buscar uma relação (inclusive uma relação acadêmico-científica) com as coisas do mundo não apenas a partir de um gesto de interpretação, mas também a partir de um gesto de presença, naquilo que ele define como a busca por conceitos não-hermenêuticos. Nesse lugar, o autor, que inicialmente aventurava-se pelo campo da teoria literária, flerta e acaba também dialogando ousada e criativamente com as Humanidades, sendo lido, especialmente, pelos campos da história, das artes, da filosofia e da comunicação. Sendo assim, radicalizando o desafio proposto por Gumbrecht (2010a), o texto executa um movimento epistêmico que preza pela forma ensaística como potência de imprimir não apenas sentido, mas também presença à prática acadêmica - um caminho a oferecer, aos campos de produção de conhecimento, uma tentativa de arremessar os delírios e as ilusões da objetividade científica, tão danosos às humanidades como o foram para o próprio estar no mundo proposto pela vida moderna (guiado, em grande medida, por uma episteme científica clássica). Assim, o texto para Gumbrecht (2010a; 2012) é lugar epistemológico, teórico e metodológico de se produzir presença – não se trata apenas de repositório que vem supostamente após uma estruturação de métodos e procedimentos; ele é a sua própria estruturação, guiada pela intuição (não como um fenômeno metafísico, mas como um estar nunca totalmente explicável, que esteticamente conecta autorxs, argumentações e achados) e pelo pensamento de risco (como um movimento constante de deslocamento de nossas práticas de escrita, sendo estas tomadas como potências à emergência de novos lugares de pensamento). Por tudo isso, a leitora/o leitor se deparará, nesse texto, não com um suposto estilo literário de escrita; mas com um método, uma prática, uma forma de produção de saber, potente às humanidades e, de modo mais específico, ao campo da comunicação.
- [3] Charles Taylor (2011) fundamenta suas discussões sobre a emergência de fontes morais do sujeito moderno em meio a um relevante debate contemporâneo voltado à compreensão de sociedades complexas, multiculturais e pluralistas. O destaque à escolha da abordagem tayloriniana para a compreensão do estatuto comunicacional das organizações modernas não se apresenta, de forma alguma, como um escamoteamento de um conjunto diverso e inacabado de recentes discussões postas em circulação em vários estudos. Isso porque o debate sobre a noção de sujeito é extenso, inacabado, multifacetado e extremamente central no campo das Humanidades, de modo que as discussões de Taylor (2011), além de não serem suficientes para esgotar as compreensões sobre tal questão, também não encerram suas múltiplas perspectivas, como as empreendidas, por exemplo, pela análise do discurso de tradição francesa; pela antropologia social, a partir da evidência do perspectivismo; pelos estudos culturais ingleses; pelos estudos pós-estruturalistas; pela teoria feminista; por abordagens decoloniais; dentre outras. Contudo, para uma aproximação preliminar entre o campo da historicidade das formas comunicacionais e os contextos contemporâneos das organizações modernas, o filósofo canadense em questão promove discussões precisas e originais sobre uma espécie de ontologia que anima o sentido da vida na modernidade,



gesto este que institui potenciais diálogos junto a outras noções igualmente importantes, estas que podem ser mobilizadas em estudos voltados a análises específicas.

- [4] Cabe aqui destacar que a mobilização de algumas reflexões de Walter Benjamin, nesse trabalho, busca estabelecer uma aproximação com a angulação desenvolvida pelo historiador e filósofo Marcelo de Mello Rangel, professor da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). A partir disso, o texto considera a emergência de historicidades das formas comunicacionais a partir de um gesto estético, ético, político e existencial de intensificação de passados (RANGEL, 2016), em meio ao fluir da experiência - movimento histórico este identificado por Benjamin (1989) como a emergência de passados a partir da abertura de instantes (*jetzeit*). Por esse caminho, tal angulação apresenta-se como uma das principais apostas do texto, no sentido de oferecer, ao campo da comunicação, uma leitura benjaminiana possível à compreensão dos complexos contextos em que formas comunicacionais emergem junto ao horizonte histórico moderno, e produzem fraturas num tempo marcado pela forte tendência à desconsideração de passados.
- [5] Nesse texto, o termo *cronótopo* baseia-se no esforço intelectual de Gumbrecht (2010) em meio ao gesto epistêmico de produção de conceitos não-hermenêuticos. Assim, apesar de reconhecer a presença de outras abordagens que disputam e empreendem sentidos sobre tal noção, esse trabalho se filia às investidas do intelectual alemão de se pensar a modernidade e a contemporaneidade como atmosferas, climas ou tonalidades afetivas, conforme as discussões presentes em seu livro *Nosso Amplo Presente - o tempo e a cultura contemporânea* (GUMBRECHT, 2015).
- [6] O pensamento de Hannah Arendt (2007) inaugura, certamente, uma chave conceitual singular à leitura da contemporaneidade, sobretudo a partir de suas críticas à modernidade na desconsideração de experiências comuns, bem como de sua tentativa de construção de um projeto político pautado no espaço público, como saída possível para retomar a condição humana - apesar de todas as feridas modernas deixadas nos contextos sociais contemporâneos.